

AS POLÍTICAS PÚBLICAS, A GESTÃO PÚBLICA E OS DIÁLOGOS COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

MARIA CECÍLIA MADRUGA MONTEIRO¹; DIONE IARA SILVEIRA KITZMANN²

¹Universidade Federal do Rio Grande-PPGEA— mceciliamadruga@hotmail.com

² Universidade Federal do Rio Grande-PPGEA –docdione@furg.br

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte integrante do desenvolvimento da tese intitulada “A Educação Ambiental Crítica e a Gestão Ambiental Pública: o desafio da construção do Plano Municipal de Educação Ambiental de São Lourenço do Sul, RS” que se encontra em fase inicial de elaboração junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental-FURG.

Um dos objetivos específicos da tese busca analisar o papel da gestão pública na aplicação das políticas públicas que incluem a Educação Ambiental (EA) no Brasil. Observa-se que a elaboração de Planos Municipais está diretamente ligada à gestão e à aplicação de políticas de governo.

O meio ambiente como política pública, surge no Brasil após a Conferência de Estocolmo, em 1972, devido às iniciativas das Nações Unidas em inserir o tema nas agendas dos governos. Mas apenas após a I Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Tbilisi, em 1977, a EA foi introduzida como estratégia para conduzir a sustentabilidade ambiental e social do planeta (SORRENTINO, et al., 2005).

As políticas públicas de EA em âmbito federal no Brasil iniciaram-se em 1973 com a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema). No entanto, foi apenas em 1981 que a EA apareceu pela primeira vez em um marco legal federal, inserida como um princípio da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938-1981). Posteriormente, em 1988, teve a sua importância reforçada ao ser destacada na Constituição Federal.

Onze anos depois foi promulgada a Lei 9.795/1999 que dispôs sobre a EA e instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental.

O ProNEA (Programa Nacional de Educação Ambiental) criado, inicialmente em 1996, mas em constante atualização, é referência básica para os programas estaduais e municipais de EA. A atual versão do ProNEA foi consolidada em 2018 e apresenta as diretrizes, os princípios, os objetivos, a missão, as linhas de ação e os públicos para as ações no âmbito da Educação Ambiental.

Reconhecer as políticas públicas em vigor e como estas estão inseridas nos processos de gestão ambiental pública é de suma importância para a construção e elaboração de um Plano Municipal de Educação Ambiental.

2. METODOLOGIA

A metodologia adotada se fundamenta nos princípios da metodologia qualitativa. Segundo MINAYO e DESLANDES (2007) a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares e se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Trabalha com o universo de significados, mo-

tivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, em um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Os dados foram obtidos através de uma revisão integrativa cuja pergunta norteadora foi: Como a Educação Ambiental está incluída nas Políticas Públicas brasileiras?

Foram utilizados os seguintes descritores: Educação Ambiental; Política (s) Pública(s); Gestão Pública, nunca de forma isolada e sim combinados entre si. Como critérios de inclusão utilizou-se: documentos relacionados às Políticas Públicas brasileiras e que incluam a EA como instrumento de política/ou gestão pública. Como critérios de exclusão: não foram analisados documentos que tratassem exclusivamente de EA formal e casos específicos de um município ou região.

Utilizou-se como fonte os seguintes bancos de dados: biblioteca digital SciELO, descritores em todos os campos e Google Acadêmico, descritores no título.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram selecionados, inicialmente, 334 documentos, concluída a primeira análise, restaram 67 e, após análise criteriosa, foram selecionados 16 documentos. A Tabela 1 expressa, de forma mais detalhada, os documentos encontrados.

Tabela 1- Identificação dos documentos selecionados na pesquisa especificando banco de dados, descritores e campos de busca utilizados.

Banco de dados	Descritores	Campos de busca	Total de Documentos	Documentos após 1ª análise	Documentos Selecionados
Google Acadêmico	Educação ambiental - políticas públicas	Título	168	37	07
Google Acadêmico	Educação ambiental - política pública	Título	64	13	03
Google Acadêmico	Educação ambiental- gestão pública	Título	52	10	02
SciELO	Educação ambiental - políticas públicas- gestão pública	todos os campos	50	07	04

Fonte: Elaboração própria

A partir dos documentos selecionados, buscou-se relacionar as políticas públicas e as ações de gestão pública com a EA. Através dessas relações procurou-se dialogar com os autores fortalecendo a importância da EA como instrumento de mudanças ambientais e sociais.

O estabelecimento de políticas públicas demanda, para sua implementação, o planejamento das ações. Em alguns casos as políticas públicas estão organizadas em planos, programas e projetos, sendo estes, portanto, os instrumentos de planejamento e execução da política (SOTERO; SORRENTINO, 2010).

O contexto trazido pelo ProNEA, que pressupõe processos de delineamento e implantação de políticas públicas em EA de forma participativa e dialógica, insere educadores e educadoras ambientais em um novo universo de atuação. Para além dos projetos pontuais, é necessário que sejam capazes de pensar a EA para a totalidade de um território (ANDRADE; LUCA; SORRENTINO, 2012).

Assim, a EA insere-se nas políticas públicas do Estado brasileiro de ambas as formas, como crescimento horizontal (quantitativo) e vertical (qualitativo), pois enquanto no âmbito do MEC pode ser entendida como uma estratégia de incremento da educação pública, no âmbito do MMA é uma função de Estado totalmente nova (SORRENTINO, et al. 2005).

O estabelecimento de políticas públicas demanda, para sua implementação, o planejamento das ações. Em alguns casos as políticas públicas estão organizadas em planos, programas e projetos, sendo estes, portanto, os instrumentos de planejamento e execução da política (SOTERO & SORRENTINO, 2010).

As políticas públicas democráticas são, de acordo com LAYRARGUES (2002), o reflexo da dinâmica do tecido social em constante mudança, que no embate político, apontam para o desenvolvimento harmonioso da sociedade. Já as políticas públicas autoritárias têm suas metas traçadas exclusiva e unilateralmente pela tecno-burocracia com vistas à manutenção velada dos grupos políticos dominantes.

Sem as forças vindas da base, do conjunto de indivíduos que se unem para ações conjuntas e em prol do bem comum, as políticas públicas podem ser letra morta, ou um conjunto de instituições de fachada que não contribuem com a transformação das sociedades e materialização do ideário emancipatório do campo da EA. Não significa a substituição do Estado em suas funções, mas sim ação complementar, incorporando os distintos segmentos da sociedade nos processos de construção compartilhada, atribuindo legitimidade às políticas públicas (BIASOLI & SORRENTINO, 2018).

Com a finalidade de aumentar o alcance e conseguir maior legitimidade para suas iniciativas, ações e programas de EA precisam ser desdobrados em políticas públicas. Isso insere educadores e educadoras ambientais em uma seara que não faz parte de seus processos de formação. Diante desse contexto, faz-se necessária uma aproximação do universo da EA com o das políticas públicas (SORRENTINO, et al. 2005).

A apropriação, por parte de educadores e educadoras, de um melhor repertório relativo às políticas públicas é fundamental para a ampliação do alcance, consolidação e legitimação das iniciativas de EA individuais e coletivas em curso atualmente (ANDRADE, et al., 2014).

Nesse percurso analítico, ainda há muito a se fazer no sentido de caracterizar melhor o discurso hegemônico materializado nos documentos oficiais das políticas públicas de EA e em outros textos, instâncias e espaços, fazendo parte, em grande medida, do senso comum mobilizado em torno das questões ambientais e sociopolíticas de modo geral (KAPLAN, 2011).

4. CONCLUSÕES

Sorrentino e Silva (2019) afirmam que as políticas públicas de EA precisam apontar para onde querem caminhar. Querem estar comprometidas com o empoderamento da sociedade, para que ela se apodere dos desafios relacionados à construção de uma nova cultura humana na Terra? Ou desejam ser um eterno denunciar e analisar o atual estado de degradação socioambiental?

Desta forma, os municípios deverão elaborar a Política Municipal de Educação Ambiental (PMEA) e todos os Programas e Planos necessários para sua implementação. Entre esses está o Plano Municipal de Educação Ambiental, que deverá ter por

base documentos da macropolítica nacional e estadual e será responsável por construir o planejamento das metas e consolidar a política municipal de EA.

5. REFERÊNCIAS

- ANDRADE, D. F. de; LUCA, A. Q.; SORRENTINO, M.. Dialogo em processos de políticas públicas de educação ambiental no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 613-630, abr.-jun. 2012.
- ANDRADE, D.F et al. Da pedagogia à política e da política à pedagogia: uma abordagem sobre a construção de políticas públicas em educação ambiental no Brasil. **Ciênc. Educ.**, Bauru, v. 20, n. 4, p. 817-832, 2014.
- BIASOLI, S.; SORRENTINO, M. Dimensões das políticas públicas de educação ambiental: a necessária inclusão da política do cotidiano. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo. Vol. 21, 2018.
- BRASIL. **Política Nacional do Meio Ambiente**, Lei 6.938 de 31 de Agosto de 1981.. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 04 de jun. de 2022.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 04 de jun. de 2022.
- _____. **Política Nacional de Educação Ambiental**, Lei 9.795 de 27 de abril de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm. Acesso em: 04 de jun. de 2022.
- _____. **ProNEA/Educação Ambiental por um Brasil Sustentável – ProNEA**, Marcos Legais e Normativos. – 5ed - Brasília: Ministério do Meio Ambiente-MMA, Ministério da Educação-MEC.- Brasília, DF:MMA, 2018. Disponível em: http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80219/Pronea_final_2.pdf. Acesso em: 04 de jun. de 2022.
- KAPLAN, L. Discursos estruturantes das políticas federais de Educação Ambiental: Estado, sociedade civil, crise socioambiental e o lugar da escola. In: VI EPEA, 2011, Ribeirão Preto. **Anais do VI Encontro "Pesquisa em Educação Ambiental" - A pesquisa em Educação Ambiental e a pós-graduação no Brasil**, 2011. p. 1-15. Disponível em: http://www.epea.tmp.br/viepea/epea2011_anais/busca/pdf/epea2011-0028-1.pdf Acesso em: 21 de jun. de 2022.
- MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2007.
- SORRENTINO, M. et al. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005.
- SORRENTINO, M., SILVA, A.C. N. da. Políticas públicas de educação ambiental (ea) e gestão do meio ambiente no Brasil. **Revista Relicário**, Uberlândia, v. 6 n. 11, jan./jun. 2019.
- LAYRARGUES, P. P. A conjuntura da institucionalização da Política Nacional de Educação Ambiental. **OLAM: Ciência & Tecnologia**, ano II, volume 2, número 1. Abril de 2002.